



**PAUTA
PARA A 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 20 DE MAIO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 30, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de licenças maternidade e paternidade a servidores celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

2 - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de 180 dias de licença maternidade às servidoras celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

3 - Projeto de lei nº 777, de 2015, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui o "Dia Estadual dos Profissionais de Comunicação - Jornalistas no Serviço Público".

4 - Projeto de lei nº 778, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza o Governo do Estado a realizar a inserção, nos projetos arquitetônicos da Administração Pública, das autarquias, das empresas e fundações, de instalação de sistema de coleta para a captação da água da chuva.

5 - Projeto de lei nº 779, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza o Poder Executivo a determinar em contratos e renovações contratuais de concessão de administração rodoviária estadual que a Concessionária contratada instale pedagiômetro nas rodovias que administrar.

6 - Projeto de lei nº 780, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Obriga o Poder Executivo, pelo órgão responsável, a inserir nos projetos arquitetônicos dos órgãos do Estado a instalação de painéis para captação de

energia solar.

7 - Projeto de lei nº 781, de 2015, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Roupeiro de Santa Rita", em Igarapava.

8 - Projeto de lei nº 782, de 2015, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Pró-Família", em Ribeirão Preto.

9 - Projeto de lei nº 783, de 2015, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Ituverava", naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 784, de 2015, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Ensino Profissionalizante "São Paulo e Minas", em São Simão.

11 - Projeto de lei nº 785, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei nº 15.658, de 2015, que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol por ambulantes ou em estabelecimentos que não sejam devidamente credenciados para tal finalidade.

12 - Projeto de lei nº 786, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Dispõe sobre a isenção da cobrança do ICMS, nas contas de água, luz, telefone e gás às Igrejas e Templos de qualquer culto ou denominação.

13 - Projeto de lei nº 787, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Os restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos comerciais congêneres que trabalhem com a venda e/ou consumo de produtos alimentícios ficam obrigados a divulgar, nas vitrines, cardápios e afins, o valor calórico das refeições oferecidas.

14 - Projeto de lei nº 788, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Inclui no Calendário Turístico do Estado "A Cavalgada da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", em Estiva Gerbi.

15 - Projeto de lei nº 789, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Declara de utilidade pública a "Associação Matonense Pais e Amigos do Basquete", em Matão.

16 - Projeto de lei nº 790, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Institui o "Dia da Comunidade Turca".

17 - Projeto de lei nº 791, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Cria o credenciamento de líderes religiosos para facilitar a assistência religiosa aos locais de internação coletiva.

18 - Projeto de lei nº 792, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Antonio Candido de Camargo Guimarães" ao viaduto sobre a Rodovia SP 304, em Bariri.

19 - Projeto de lei nº 793, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas - AFAP", em Cachoeira Paulista.

20 - Projeto de lei nº 794, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Gentil Aires" à Quadra de Esportes da Escola Estadual, em Tupi Paulista.

21 - Projeto de lei nº 795, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rio Claro como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 796, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Matão como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 797, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Maximo Cecato" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 309/304, da Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira, SP - 304, em Jaú.

24 - Projeto de lei nº 798, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a "Campanha de Conscientização sobre o Câncer de Pele".

25 - Projeto de lei nº 799, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a instituição nos órgãos de saúde do Estado de campanha sobre os riscos da tatuagem por escarificação.

26 - Projeto de lei nº 800, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que utilizem esmaltes para unhas em sua atividade a realizarem descarte correto.

27 - Projeto de lei nº 801, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a instituição de campanha sobre os riscos da nomofobia nos órgãos de saúde do Estado.

28 - Projeto de lei nº 802, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que realizam atividades que tenham contato com as unhas dos usuários a utilizarem luvas para atendimento de clientes e manipulação de produtos.

29 - Projeto de lei nº 803, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a realização da campanha continuada sobre a síndrome do pensamento acelerado no âmbito do Estado.

30 - Projeto de lei nº 804, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que trabalhem com produtos utilizados para serem aplicados nas unhas de consumidores a informar que os produtos contêm composição que pode ser alérgica aos usuários.

31 - Projeto de lei nº 805, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo e outros. Institui o "Dia Estadual da União e Defesa da Família".

32 - Moção nº 37, de 2015, de autoria do deputado Teonilio Barba. Aplauda e manifesta solidariedade aos professores da rede Estadual de Educação, em nome da APEOESP - Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo -, pela luta que vêm desenvolvendo em prol de melhores condições de trabalho, reajuste e equiparação salarial e dignidade humana na rede estadual de ensino, o que com certeza trará mais qualidade à educação pública.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 730, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 731, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Tapiraí como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 732, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Sete Barras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 733, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Andradina como Município de Interesse Turístico.

- 5 - Projeto de lei nº 734, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Luiz Antônio como Município de Interesse Turístico.
- 6 - Projeto de lei nº 735, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.
- 7 - Projeto de lei nº 736, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.
- 8 - Projeto de lei nº 737, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cássia dos Coqueiros como Município de Interesse Turístico.
- 9 - Projeto de lei nº 738, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santo Antônio da Alegria como Município de Interesse Turístico.
- 10 - Projeto de lei nº 739, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Altinópolis como Município de Interesse Turístico.
- 11 - Projeto de lei nº 740, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.
- 12 - Projeto de lei nº 741, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cajuru como Município de Interesse Turístico.
- 13 - Projeto de lei nº 742, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Dumont como Município de Interesse Turístico.
- 14 - Projeto de lei nº 743, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Sertãozinho como Município de Interesse Turístico.
- 15 - Projeto de lei nº 744, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.
- 16 - Projeto de lei nº 745, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Bárbara d'Oeste como Município de Interesse Turístico.
- 17 - Projeto de lei nº 746, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.
- 18 - Projeto de lei nº 747, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 748, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 749, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 750, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Cardoso como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 751, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 752, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Uchoa como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 753, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santa Rosa de Viterbo como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 754, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Ribeirão Preto como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 755, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Espírito Santo do Pinhal como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 756, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tatuí como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 757, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 758, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 759, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Icém com Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 760, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Pirapora do Bom Jesus como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 761, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Santana de Parnaíba como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 762, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 763, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 764, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Boituva como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 765, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 766, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 767, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 768, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 769, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 770, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 771, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 772, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 773, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 774, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 775, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Riolândia como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 776, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rosana como Município de Interesse Turístico.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 17, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Cria o "Programa Escola no Legislativo" no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de resolução nº 18, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Medalha do Mérito Cultural".

3 - Projeto de lei nº 681, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeira como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 682, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 683, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 684, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 685, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaraci como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 686, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 687, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 688, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 689, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 690, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cruzeiro como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 691, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 692, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 693, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 694, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 695, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 696, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 697, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Piquete como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 698, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 699, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Pindamonhangaba como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 700, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Redenção da Serra como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 701, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 702, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Clara D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 703, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Braúna como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 704, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Araçatuba como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 705, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Adolfo como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 706, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Albertina como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 707, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sud Mennucci como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 708, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaíra como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 709, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colômbia como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 710, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 711, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 712, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 713, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 714, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santo Antônio do Aracanguá como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 715, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 716, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 717, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Três Fronteiras como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 718, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 719, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 720, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Vista Alegre do Alto como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 721, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Miguelópolis como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 722, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica São Simão como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 723, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Brodowski como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 724, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Comendador Wilson Prieto" ao viaduto localizado na Rodovia Marechal Rondon, km 136.600, em Porto Feliz.

47 - Projeto de lei nº 725, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maurício de Castro" à Escola Estadual São Pedro, em São Bernardo do Campo.

48 - Projeto de lei nº 726, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Marcha para Jesus de Itapevi.

49 - Projeto de lei nº 727, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre autorização para transladar animais domésticos de pequeno porte em trens, metrô e ônibus intermunicipais.

50 - Projeto de lei nº 728, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "José Gazzolla" ao pontilhão localizado no km 19+930m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

51 - Projeto de lei nº 729, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera a Lei nº 14.424, de 2011, que institui o 'Dia da Marcha para Jesus'.

52 - Moção nº 36, de 2015, de autoria das deputadas Beth Sahão e Leci Brandão. Manifesta repúdio à forma agressiva e desrespeitosa com que os Deputados Federais Roberto Freire (PPS-SP) e Alberto Fraga (DEM-DF) se conduziram e se referiram em relação à também Deputada Federal Jandira

Feghali (PCdoB-RJ), no último dia 6 de maio, na Câmara Federal.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 674, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre o monitoramento por câmeras de eventos temporários realizados no Estado com público estimado igual ou superior a 10.000 pessoas.

2 - Projeto de lei nº 675, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 676, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Desoneração Parcial do IPVA aos usuários das Rodovias Concessionadas do Estado", que tem por objetivo a devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio.

4 - Projeto de lei nº 677, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo. Institui o "Dia Estadual da União e Defesa da Família".

5 - Projeto de lei nº 678, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Dignidade do Servidor Público Readaptado".

6 - Projeto de lei nº 679, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" em Pereiras.

7 - Projeto de lei nº 680, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Prefeito Sussumi Ivama" ao viaduto localizado no km 489+450m da Rodovia Marechal Rondon, em Penápolis.

8 - Moção nº 35, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahnão. Protesta contra a forma como o Governo do Paraná se conduziu em relação aos recentes protestos de professores e outros funcionários públicos e, de forma especial, manifesta veemente repúdio à ação da Polícia Militar daquele Estado, que reprimiu, de modo extremamente violento, os manifestantes que se concentraram diante da sede da Assembleia Legislativa daquele Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 16, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim e outros. Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a

investigar a violência praticada por torcidas de futebol no Estado.

2 - Projeto de lei nº 663, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui procedimento de divulgação do "recall" por meio de órgãos da Administração Estadual.

3 - Projeto de lei nº 664, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Ricardo Genesio da Silva" à unidade escolar localizada no Jardim das Bandeiras, em Osasco.

4 - Projeto de lei nº 665, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "João Alves Martins" ao trevo localizado no km 37 da Rodovia Geraldo Martins de Souza - SP 287, em Piraju.

5 - Projeto de lei nº 666, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Recreativa, Esportiva Beneficente - ACRED", em Ipeúna.

6 - Projeto de lei nº 667, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Grupo Fraternal de Assistência - GFA", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 668, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Obriga as escolas da rede pública do Estado que ofereçam o ensino fundamental regular a manter os alunos em suas dependências durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

8 - Projeto de lei nº 669, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Complexo Viário Katsuhiko Katsuragawa" ao dispositivo rodoviário localizado no km 120 da Rodovia Estadual SP 79, ponto de encontro com a Rodovia Estadual SP 250, em Piedade.

9 - Projeto de lei nº 670, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.

10 - Projeto de lei nº 671, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a denominação da "Escola Estadual Conjunto Habitacional Carrãozinho III" para "Escola Estadual Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim (Tom Jobim), na Capital.

11 - Projeto de lei nº 672, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros do sistema de transporte intermunicipal na modalidade suburbana, gerido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP

12 - Projeto de lei nº 673, de 2015, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a apresentação de prestação de contas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no que se refere à atuação das Organizações Sociais no Estado.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

11ª Sessão

Projeto de lei nº 587, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.